

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER n°

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 167, de 12 de julho de 2023, que:

Altera e acrescenta os níveis dos cargos de assessoria Parlamentar, símbolo PL-AP estabelecidos na lei n° 6.304, de 10 de janeiro de 2013; altera o art. 26 da Lei n° 5.712, de 18 de dezembro de 2007 e altera parte da tabela do art. 14 da Lei n° 7.228, de 27 de junho de 2019 e cria a diretoria de Documentação e registro.

AUTOR: MESA DIRETORA DA ALEPI

RELATOR: DEP.

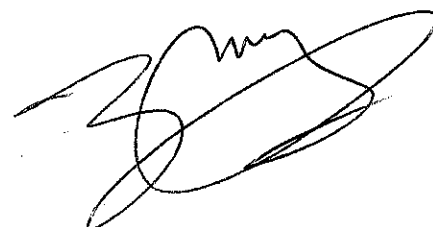
I – RELATÓRIO

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Ordinária n° 167/2023, de autoria da Mesa Diretora desta Casa, que altera e acrescenta os níveis dos cargos de assessoria Parlamentar, símbolo PL-AP estabelecidos na lei n° 6.304, de 10 de janeiro de 2013; altera o art. 26 da Lei n° 5.712, de 18 de dezembro de 2007 e altera parte da tabela do art. 14 da Lei n° 7.228, de 27 de junho de 2019 e cria a diretoria de Documentação e registro

Esta proposição está em consonância com o art. 17, XIII do Regimento Interno da ALEPI, onde define que é de competência privativa da Mesa Diretora, propor projetos de lei dispondo sobre sua organização, funcionamento, polícia, regime jurídico de pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos, funções e fixação da respectiva remuneração.

A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

Examinando a questão passo a opinar.



II – VOTO DO RELATOR

Apresento, conforme previsão dos arts. 59, 61, 137 e 139 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, parecer apreciador da matéria, notadamente no que tange às exigências intrínsecas são indispensáveis à edição da norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, bem como eventual presença de vício de iniciativa, competência, dentre outros.

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Assim, cumprindo todas as formalidades regimentais, não havendo óbices quanto aos aspectos que compete a esta Comissão examinar, nosso parecer é **FAVORÁVEL** ao objeto deste Projeto de Lei de nº 167/2023.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 11 de julho de 2023.

Acato parecer da CCT

X FABIO NOVO

DEPUTADO
RELATOR

REUNIÃO CONSULTA

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, _____
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
JUSTIÇA E
ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA